



DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E REPRODUÇÃO DO CAPITAL: uma reflexão acerca das enchentes no Rio Grande do Sul no ano de 2024

Paula Algeri Roithmann¹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre os desastres socioambientais e a reprodução do capital, a partir das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. Surgiu da necessidade de aproximar o Serviço Social da questão ambiental, uma das expressões da questão social. Por meio de revisão bibliográfica, busca-se com a socialização desta reflexão ampliar o entendimento da relação entre ocupação territorial e exposição desigual ao risco inerentes ao modo de produção capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Desastre Socioambiental; Reprodução do Capital; Serviço Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa discorrer sobre o tema dos desastres socioambientais e sua relação com a reprodução do capital, partindo da análise dos impactos que tiveram as enchentes do ano de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente nos segmentos populacionais da cidade de Porto Alegre. Não pretende-se, entretanto, esgotar o assunto nesse debate, mas sim promover reflexões sobre o tema e situá-lo no âmbito do Serviço Social.

De acordo com a CNN Brasil (2021), secas, tempestades, enchentes e calor extremo foram a maior causa de desastres no mundo nos últimos 50 anos, sendo os que mais mataram e deram prejuízos. No Brasil, as recentes enchentes no Estado do Rio Grande do Sul chamaram a atenção mundial devido à sua dimensão e impacto devastadores. Segundo dados da Secretaria de Comunicação do Estado do RS, atualizados no dia 10 de Julho de 2024, dos 497 municípios gaúchos, 478 foram

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, paulaalgeriroithmann@gmail.com



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

afetados, 806 pessoas foram feridas e 29 desaparecidas, sendo 182 o número de óbitos confirmados.

Eventos como este são cada vez mais recorrentes no Brasil e no mundo, e por isso destaca-se a importância e necessidade de entendermos quais as populações afetadas nesses desastres e porque são afetadas. Nessa perspectiva, o presente artigo parte da ideia defendida por Vígolo (2013) de que a manifestação do desastre socioambiental, como o ocorrido no Rio Grande do Sul, é como a ponta de um *iceberg*. Logo, o que está na superfície, evidenciado pela mídia, são os bens materiais perdidos, os dramas vividos. Apesar de trágicas, entretanto, é necessário olharmos às consequências imediatas na perspectiva dos fatores que lhe dão origem, para que assim os desastres possam ser evitados ao máximo.

Diante disso, o presente artigo abordará sobre o que se entende por desastre socioambiental na sua relação com a reprodução do capital e, na sequência, apresentará alguns dados referentes ao desastre no Rio Grande do Sul, problematizando a exposição desigual ao risco na cidade de Porto Alegre. Finaliza-se com as considerações finais e referências bibliográficas que serviram de base para a discussão.

2. DESASTRE SOCIOAMBIENTAL

Para realizar uma análise dos desastres socioambientais comprometida com uma perspectiva de totalidade, faz-se necessário o entendimento de que eles não são simplesmente resultados de eventos naturais, e sim do conjunto de desigualdades que estruturam o contexto social. Nesse sentido, para não cairmos em uma visão descontextualizada e imediatista da questão, reforçando a ideia dos fatores físicos como causadores dos desastres, estes devem ser compreendidos como “processos sociopolíticos tecidos cotidianamente pela exclusão de grandes massas dos direitos fundamentais e não um acontecimento que tem início e fim no dia de um evento catastrófico.” (Valencio, 2012, *apud* Dutra, 2017, p.33).

Portanto, é a clássica contradição do capitalismo, como afirma Vígolo (2013), que oferece a chave para compreender a denominada questão ambiental, visto que o modo de produção capitalista não se sustenta sem a exploração tanto dos trabalhadores, quanto dos recursos naturais. Os desastres socioambientais são,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

dessa forma, apenas um dos diversos problemas ambientais que evidenciam a existência dessa questão ambiental, que por sua vez “colocam em dúvida a possibilidade de reprodução da sociedade *ad eternum* nos padrões de desenvolvimento crescentes” (Vígolo, 2013, p.42).

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (2023), entre 2010 e 2020, a mortalidade humana causada por enchentes, secas e tempestades foi 15 vezes maior em regiões altamente vulneráveis, em comparação com regiões com vulnerabilidade muito baixa. Inúmeros desastres evidenciados por dados como este mostram que os diferentes territórios não são afetados da mesma maneira no que diz respeito à exposição aos danos ambientais. Nessa lógica, entende-se que os desastres socioambientais não são vivenciados igualmente por todas as classes sociais. É, pois, a classe trabalhadora empobrecida, constituída de dimensões de raça, etnia, gênero/sexualidade que, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (2024), sofre de forma diferenciada os reatamentos da questão ambiental.

Compreende-se, nessa perspectiva, que os desastres socioambientais e a exposição desigual aos seus danos são expressões da questão social, entendidas aqui como sendo “expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo” (Yazbek, 2009, p. 3). Desse modo, cabe pontuar que a discussão do presente artigo é relevante à categoria profissional das(os) assistentes sociais, tendo em vista que,

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p.6)

Nesse contexto, evidenciou-se que a cidade de Porto Alegre não foi atingida de maneira homogênea, e que, conseqüentemente, a população também não. Surgiu, nesse contexto, a vontade de pesquisar a ocupação desigual do território urbano, entendendo sua ligação com a relação entre a natureza e a reprodução do capital no recorte desse recente desastre. Além disso, percebe-se que um debate mais aprofundado sobre tal temática deve ser inserido tanto no âmbito da formação, quanto na dimensão da atuação profissional de assistentes sociais.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O desastre deve ser compreendido como um processo e não somente como um epifenômeno, como já dizia Vargas (2013). O autor afirma que o conceito de desastre deve ser pensado para além de uma situação específica ou emergência imediata resultantes de eventos naturais, mas sim como produto de deficiências enraizadas na dinâmica do referido sistema social. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de compreender que esses desastres são, de acordo com Quarantelli (2015), resultantes de decisões tomadas socialmente, e portanto,

A fonte ou a origem dos desastres se encontra no próprio sistema no qual eles aparecem. Eles não devem ser vistos como o resultado de uma força externa oriunda de impactos que atingem o sistema social (Quarantelli, 2015, p. 42).

O termo desastre “socioambiental” é utilizado por autores como Freitas (2010), Nélsis (2012) e Marques (2011), além de movimentos sociais, como o Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES), e será aqui recorrido uma vez que revela as contradições e contrassensos nas relações dos seres humanos entre si e estes em relação à natureza no modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, o termo desastre é caracterizado por socioambiental,

[...] por se considerar que o mesmo possui fatores determinantes de ordem natural, social, econômica, política e cultural que se combinam. Feita esta ressalva, o desastre socioambiental é aqui compreendido como: expressão da relação destrutiva entre sociedade e natureza que se manifesta em determinado momento e espaço, provocando prejuízos à vida humana e/ou à sua reprodução. Embora se manifeste em tempo e espaço delimitado, o desastre socioambiental é construído social, histórica e globalmente e atinge a população e os países de forma diferenciada, de acordo com variadas condições geológicas, hidrológicas, climáticas, econômicas, sociais, culturais, políticas, científicas, institucionais, etc. (Vígolo, 2013, p.63).

Entende-se, portanto, que não são os fenômenos físicos que irão determinar os desastres, embora sejam amplamente utilizados para justificar suas ocorrências. Dessa maneira, é necessário o cuidado com a expressão “desastres naturais”, uma vez que, segundo Valencio (2012), desde a década de 1980 autores como Quarantelli (1981), Hewitt (1983) e, posteriormente, Lavell (1993), já indicavam que tratava-se de um obscurecimento de processos estruturais muito mais amplos, já que chuvas, secas e outros acontecimentos naturais apenas serão transformados

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

em desastres “quando se entrelaçam com determinadas condições de vida, de moradia, de saúde, em suma, de precariedade exacerbada pelas taxas de desigualdade encontradas na sociedade.” (Dutra, 2017, p.34).

Portanto, os desastres socioambientais não são naturais, e sim resultado da dinâmica do modo de produção capitalista. Assim como o ser humano foi transformado em mercadoria no processo de constituição do sistema capitalista, a natureza tem se tornado, cada vez mais, objeto de mercantilização como estratégia lucrativa para a reprodução do capital. Dessa forma, a superexploração dos bens comuns da natureza vem sendo, de acordo com documento lançado pelo Conselho Federal de Serviço Social (2024), a principal estratégia para a recomposição das taxas de lucro no contexto de crise do capital em sua fase contemporânea. Nesse contexto, urge localizarmos a questão ambiental na contradição entre capital, trabalho e natureza, inerentes ao modo de produção hegemônico.

O trabalho determina a relação do ser social com a natureza. Ao longo da história, portanto, os seres humanos foram desenvolvendo formas acumulativas de trabalho que levaram à constante apropriação e modificação da natureza e do próprio ser humano. Tais modificações fizeram com que houvesse um afastamento das barreiras naturais, que se deu por ser o trabalho a objetivação primária do ser social e, por meio do trabalho, constituiu-se uma natureza humanizada, que é a transformação mediada pelas necessidades humanas. O trabalho, então, rompe com o chamado padrão natural, uma vez que não se sobrevive mais apenas do que a natureza produz, necessita-se, também, do trabalho humano. Logo, o trabalho humano é uma constante imitação e aprimoramento do mundo natural, e tudo o que é produzido, apesar de sofrer transformações significativas, é resultado do domínio da natureza.

No livro O Capital, Karl Marx explica o capitalismo a partir de sua célula: a mercadoria. A nossa sociedade é produtora de capital já que as mercadorias são produzidas para realizar o ciclo de ampliação e reprodução do capital, ou seja, a sociedade capitalista, enquanto célula, é mercadoria. Ela resulta do processo de trabalho e de valorização e, “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer.” (Marx, 2013, p.97). Dessa maneira, a força de trabalho é a maior mercadoria dentro do capitalismo por ser a que determina o valor produzindo mais

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

valia, que, por sua vez, produz capital. Nesse sentido, quanto maior é a riqueza produzida pelo conjunto dos trabalhadores, igualmente maior é o montante desta riqueza que é apropriada pelos capitalistas.

De acordo com Marx (1996), esse caráter destrutivo da lógica do modo de produção capitalista que aliena o homem do seu trabalho e da terra, gerava uma ruptura no metabolismo existente entre eles. Nessa perspectiva, entende-se que a questão ambiental se constitui desde o início da sociedade capitalista, pois como Marx afirmava:

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, à terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. [...] E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade (Marx, 1996, p. 113).

Outra concepção enraizada na contradição capital X trabalho é a questão social, que entendida por Iamamoto:

[...] é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (Iamamoto, 2010, p. 168)

Partindo desse entendimento e de acordo com o proposto por Siqueira (2015 *apud* Dutra, 2017, p.35), entende-se que “os desastres tanto agudizam expressões da questão social, como são, em si mesmos, mais uma dessas expressões”. Nessa perspectiva, uma vez que o objeto de intervenção da(o) Assistente Social são as múltiplas expressões da questão social (Iamamoto, 2017), e estas estão diretamente ligadas aos desastres ambientais e suas expressões, ressalta-se a importância do

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Serviço Social se debruçar e pensar sua atuação profissional no trato das questões ambientais.

Ainda nessa linha, compreende-se que a exposição desigual aos danos ambientais é uma das expressões da questão social. As vítimas dos desastres serão, pois, àquelas expostas a riscos ambientais, uma vez que, como afirma Lavell (2003), os riscos são inaceitáveis para uns e aceitáveis ou aceitos para outros. Nesta lógica, “a convivência com o risco é destinada a uma camada da população para a qual os riscos são aceitáveis, desde que vivenciados distante dos olhos daqueles para os quais os riscos são inaceitáveis.” (Dutra, 2017, p.56). Logo, de acordo com Dutra (2017), a capacidade dos grupos sociais de escaparem (ou não) das fontes produtoras do risco, e consequentemente de seus efeitos, está intrinsecamente vinculada ao lugar que estes grupos ocupam na dinâmica social.

Em suma, localidades que abrigam as camadas mais pobres da população, suas moradias, espaços de lazer e convivência são também localidades escolhidas para concentrar atividades que geram graves danos ambientais, materializando a distribuição desigual dos riscos. (Dutra, 2017 p.58)

A partir dessa perspectiva, torna-se possível compreender a exposição desigual ao risco observada no recente cenário das enchentes no Estado do Rio Grande do Sul. O desastre socioambiental materializou que, a depender do local que ocupam em um determinado território, os segmentos populacionais sofrerão suas consequências de distintas e discrepantes maneiras.

3. O IMPACTO DO DESASTRE EM PORTO ALEGRE/RS

É sob essa ótica que urge a necessidade de analisar as populações afetadas pelas enchentes no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. É inegável que a dimensão dos impactos causados pelas chuvas foi devastadora para a grande maioria da população do Estado. Entretanto, observou-se que a cidade de Porto Alegre não foi afetada de maneira igual durante o período das chuvas, sendo as pessoas de bairros mais subalternizados as mais prejudicadas como um todo.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O Núcleo de Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles mapeou a relação entre renda e inundação na região de Porto Alegre, e a pesquisa mostra que a população mais pobre foi a mais diretamente atingida. Até a data da realização dos mapas no dia 21 de Maio deste ano, pôde-se ver que os bairros mais alagados foram aqueles onde boa parte da população ganha apenas um salário-mínimo, como Humaitá e Farrapos. Já os bairros mais ricos como Moinhos de Vento e Bela Vista lidaram apenas com a falta de energia elétrica e o desabastecimento de água, aponta matéria da DW Brasil.

André Augustin (2024), economista e especialista em planejamento urbano e pesquisador do Observatório das Metrôpoles de Porto Alegre, afirma que as enchentes não são novidade na cidade. O pesquisador contextualiza que a razão das áreas mais próximas ao lago Guaíba terem sempre ‘sobrado’ para a população de mais baixa renda ou então para outros usos, como o industrial, tem explicação no fato de que, antes do sistema de proteção de cheias ser construído, era comum que várias partes da cidade alagassem, porém, com eventos muito menores que o atual.

A região do Quarto Distrito, que ficou 100% debaixo d’água, afirma André Augustin (2024) “tem uma ocupação centenária e teve sua legislação urbanística alterada recentemente para permitir mais construções e beneficiar o mercado imobiliário.” Nessa perspectiva, entende-se que a capital gaúcha passa por um processo de tornar-se atrativa para o grande capital, sendo construída e reconstruída cada vez mais pautada em uma lógica de mercado, podendo ser inserida no que Fix (2001) chama de “novas cidades”.

Considerando que a expulsão tem levado os segmentos mais pauperizados para locais cada vez mais inóspitos, desprovidos de condições mínimas de sobrevivência e de serviços básicos, dada a inferioridade da qualidade dos serviços destinados a este público e que, o que é evidente, os avantajados recursos aplicados na renovação das cidades não chegam nesses locais, o que se vê é que, ao invés de contribuir para a diminuição dos desastres, os projetos das “novas cidades” têm provocado seu aumento, na medida em que contribui para o deslocamento de grandes grupos para zonas precárias, aumentando a sua vulnerabilidade. (Dutra, 2017, p. 54).

Além disso, Augustin (2024) aponta a importância do recorte étnico-racial na análise do desastre, uma vez que as áreas que sofreram com as enchentes apresentam uma concentração expressiva de população negra, como são os bairros Humaitá, Sarandi e Rubem Berta. Ademais, o coordenador nacional do Instituto

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrôpoles, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2024), pontua que “As desigualdades sociais entre os territórios são, também, de patrimônio familiar e de vínculos sociais, portanto, os mais atingidos são os que mais irão necessitar da ajuda do poder público, porque estes, efetivamente, perderam tudo”.

Cabe destacar, em vista disso, a ação do poder público diante do desastre. Essas populações afetadas, após os desastres socioambientais e suas devastadoras consequências, precisarão acessar muitos direitos que já cotidianamente eram negados a elas pela precarização das políticas públicas no Estado. Na cidade de Porto Alegre, foi notável o descaso por parte da prefeitura e do governo do Estado. Nesse sentido, é preciso articulação dos movimentos sociais e dos atingidos para cobrar o repasse das verbas que têm sido anunciadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se nesse artigo realizar uma aproximação ao debate dos desastres socioambientais, tendo como foco a situação de calamidade pública que o Estado do Rio Grande do Sul vivenciou com as enchentes. Reforça-se a compreensão de que os desastres não são naturais, nem tampouco eventuais, mas fruto de desigualdades históricas inerentes no modo de produção em curso. Em relação a isso, a realidade gaúcha se expressa na afirmação de André Agustin (2024) “Nem todos os bairros pobres foram atingidos, mas todos os mais atingidos são pobres”. Diante das questões expostas, destaca-se a importância da categoria profissional se apropriar dessa discussão, considerando os nexos da questão ambiental com a questão social, e, também, visto que as (os) Assistente Sociais são demandadas (os) a intervir quando da ocorrência dos desastres. Ou seja, é preciso compreender esse debate e defender as ações profissionais pautadas no projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Brasília, 1996. Disponível em:

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

<<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/diretrizes-gerais-para-o-curso-de-servico-social-abepss-1996-201608060342217709830.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2024.

DUTRA, Adriana Soares. Gestão de desastres e Serviço Social: reflexões críticas sobre a atuação de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil. 2017. 255 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2017. Orientador: Rafael Soares Gonçalves; Coorientadora: Maria Auxiliadora Ramos Vargas.

IAMAMOTO, Marilda V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

QUARANTELLI, E. L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. O Social em Questão, Rio de Janeiro, 1, p. 25-56, 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://observatoriodasmetropoles.net.br/nucleo-porto-alegre-analisa-os-impactos-da-s-enchentes-na-populacao-pobre-e-negra-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

VALENCIO, Norma. Para além do “dia do desastre”: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VIGOLO, Tamires Cristina. Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais. 2013. 229 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Florianópolis, SC, 2013. Orientadora: Rosana de Carvalho Martinelli Freitas.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

